

MOVIMENTOS SOCIAIS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

META

Compreender como os movimentos ambientalistas influenciaram no debate e na implementação de ações voltadas para a preservação ambiental.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

definir conflitos socioambientais e compreender a atuação dos movimentos ambientalistas no contexto dos Novos Movimentos Sociais.

PRÉ-REQUISITOS

Ter compreendido como a crescente preocupação com a degradação ambiental tem impulsionado ações em nível mundial voltadas para a preservação da natureza.



Índios ocupando áreas do MST, movimento social influenciado pelo ambientalismo.
(Fontes: <http://webradiobrasilindigena.files.wordpress.com>)

INTRODUÇÃO

Caro aluno/cara aluna,

Nesta sétima, aula vamos continuar aprendendo sobre a evolução da consciência acerca da degradação ambiental em escala global, percebendo como a humanidade passou a relacionar-se com as questões ligadas ao meio ambiente.

Neste sentido, vamos estudar duas categorias fundamentais na compreensão da relação homem-natureza na atualidade. Primeiramente, veremos como os movimentos ambientalistas influenciaram no debate e na implementação de ações voltadas para a preservação ambiental.

Em seguida, veremos o que são Conflitos Socioambientais e como podem contribuir para a criação de espaços de cidadania, alicerçados nas ações conscientes das partes envolvidas, o que aponta para uma nova realidade acerca das percepções das sociedades quanto aos objetos em disputa, ou seja, os recursos naturais.

Não deixe de ler o Texto Complementar que selecionei para você, o qual conta um pouco da história de dois grupos ambientalistas de Sergipe.

Vamos começar nossa aula?



Mais um movimento social que foi criado a partir da influencia ambiental.
(Fontes: <http://centrodeestudosambientais.files.wordpress.com>)

MOVIMENTOS SOCIAIS E MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS

Glória Gohn

Primeiramente, para melhor nos situarmos, antes de falarmos em movimentos ambientalistas precisamos entender o contexto mais amplo dos movimentos sociais. Partiremos do conceito elaborado por Maria da **Glória Gohn**.

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil
(Fonte: GOHN, 2004, p. 251).

Para esta socióloga, os movimentos sociais têm sempre um caráter político inserindo as demandas socioeconômicas, políticas e culturais na esfera pública. Neste processo, atores individuais atuam como representantes e veículos que transmitem as mensagens e ideologias dos movimentos. Na atualidade, para que um movimento social ganhe visibilidade, é cada vez mais necessário que este se articule com outros grupos com a mesma identidade social, constituindo as chamadas Redes de Movimentos Sociais (Sherer-Warren, 2007).

Nasceu em São Bento do Sapucaí, Estado de São Paulo, em 1947. Graduiu-se em ciências sociais e políticas pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo (1970), concluindo mestrado em sociologia (1979) e doutorado em ciência política (1983) pela Universidade de São Paulo (USP). Fez pós-doutorado em sociologia na New School of University, New York, entre 1996-1997.



Movimentos Sociais
(Fonte: <http://eventos.uff.br>).

Manuel Castells

É membro da Academia Européia, membro da Real Academia Espanhola da Economia, e membro da Academia Britânica. Foi condecorado pela França, Finlândia, Catalunha, Chile e Portugal. Atuou em uma série de comissões internacionais de consultoria, incluindo o painel de personalidades eminentes 2003-2004 nomeadas pelo Secretário-Geral das Nações Unidas para aconselhar sobre as relações entre as Nações Unidas e da sociedade civil global. É membro fundador do Conselho Científico Europeu de Investigação da Comissão Européia. Atualmente é administrador do Instituto de Artes da Califórnia, e membro do Conselho Diretivo do Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia (IET).

Paradigma

Padrão, modelo, exemplo.

Já Safira Bezerra Ammam considera ambígua e imprecisa a noção de movimentos sociais, visto que, embora eles existam há muitos séculos, só se tornaram objeto de estudo das ciências sociais recentemente. Diante desta realidade, a autora formula seu próprio conceito: para ela movimento social é “uma ação coletiva de caráter contestador, no âmbito das relações sociais, objetivando a transformação ou a preservação da ordem estabelecida na sociedade (Ammam, 1991, p. 22)”.

No entanto, **Manuel Castells**, citado por Gohn (2004), afirma que os movimentos sociais não são agentes de transformação da sociedade por possuírem limites políticos e técnicos. São, porém, essenciais para uma gestão democrática. Sem eles não há reformas urbanas, pois estas não ocorrem sem pressão.

De fato, ao observarmos a dinâmica da sociedade moderna, podemos constatar que as pressões exercidas pela população organizada funcionam como um termômetro da real situação da sociedade, seus anseios e necessidades.

NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS

A partir dos anos 70 do século passado, o **paradigma** em voga nas Ciências Sociais passa a ser o dos Novos Movimentos Sociais. As principais características desse paradigma são: a construção de um modelo teórico baseado na cultura; a negação do marxismo como campo teórico capaz de explicar a ação coletiva da sociedade contemporânea; entendimento dos participantes das ações coletivas como atores sociais; centralidade da política, passando a ser uma dimensão da vida social, abarcando todas as práticas sociais; e, finalmente, a análise dos atores sociais sob os aspectos de suas ações coletivas e da identidade coletiva criada no processo.

Porém, a própria categoria do “novo” que nomeia o paradigma é ainda uma questão aberta. Na verdade, o que há de novo é uma nova forma de fazer política e a politização de novos temas. Gohn (2004), por sua vez, rejeita a divisão entre novos e velhos movimentos sociais, preferindo agrupá-los em categorias independentes da contemporaneidade, a saber:

1ª categoria: movimentos construídos a partir da origem social da instituição que apóia ou obriga seus mandatários;

2ª categoria: movimentos sociais construídos a partir das características da natureza humana: sexo, idade, raça e cor;

3ª categoria: movimentos sociais construídos a partir de determinados problemas sociais;

4ª categoria: movimentos sociais construídos em função de questões da conjuntura das políticas de uma nação (social, econômica, cultural etc.);

5ª categoria: movimentos sociais construídos a partir de ideologias. (Gohn, 2004, p. 268-271)]

Na terceira categoria, acima elencada, encontram-se os movimentos pela preservação do meio ambiente tais como: movimentos ecológicos; movimentos pacifistas; de preservação do patrimônio histórico; em defesa dos animais e plantas em geral.

Em nível mundial, a explosão do movimento ambientalista se deu na década de 1960. Alguns fatores foram decisivos naquele momento, tais como a consciência acerca dos efeitos do pós-guerra e dos testes atômicos; as denúncias de desastres e contaminações ambientais no livro *Primavera Silenciosa* (*Silent Spring*), publicado por Rachel Carson em 1962; o avanço no conhecimento científico relacionado à temática ambiental; a publicação de estudos antropológicos sobre os valores e estilo de vida dos povos tradicionais e a influência de outros movimentos sociais (Pelicioni, 2004).

No Brasil, o ambientalismo passa a ter maior expressão a partir da década de 1970, sob a influência da Conferência de Estocolmo (1972) e do início do processo de liberalização política. As ações iniciais estavam voltadas para a denúncia e a conscientização sobre a degradação ambiental. Foi marcante, naquele momento, a influência dos movimentos ecológicos estrangeiros (Europa e Estados Unidos), por conta do retorno ao Brasil de ativistas políticos anistiados.

Na transição para a década de 1980, o discurso ambientalista não obteve grande relevo entre os temas mais debatidos. Tal fato ocorreu devido à tentativa de legitimação do desenvolvimentismo por parte do Regime Militar. Em consequência das desigualdades sociais acentuadas pelo crescimento econômico, os movimentos sociais, naquele momento, tinham seus discursos voltados mais para o problema da pobreza do que para a preservação do meio ambiente. A sociedade ainda estava no início do despertar para a problemática ambiental. Apesar disso, houve iniciativas para o aprimoramento dos instrumentos legais de gestão ambiental, com a inserção de alguns ambientalistas no campo político e profissionalização das ONGs ambientalistas (Jacobi, 2003).

Para além das denúncias, as entidades ambientalistas passaram à formulação de alternativas viáveis para a preservação do meio ambiente. Com o agravamento da crise econômica no Brasil e a divulgação do Relatório “Nosso Futuro Comum”, o tema do desenvolvimento econômico foi finalmente incorporado ao discurso ambientalista.



Performance de ambientalistas na Indonésia como parte das manifestações ocorridas no Dia da Terra em 20.04.2008. (Fonte: <http://g1.globo.com>).

Pedro Jacobi

É sociólogo e professor da Faculdade de Educação da USP e presidente do programa de pós-graduação em Ciência Ambiental da USP.

As reflexões e práticas voltadas para o Desenvolvimento Sustentável ganharam maior visibilidade com a realização da Rio-92. A partir deste evento, o movimento ambientalista brasileiro passou a situar-se num espaço multissetorial, interagindo melhor internamente e também com entidades internacionais. **Pedro Jacobi** afirma que o socioambientalismo se torna parte constitutiva de um universo cada vez mais amplo de organizações não-governamentais e movimentos sociais. Isto ocorre na medida em que os grupos ambientalistas influenciam diversos movimentos sociais os quais, embora não tenham como seu eixo central a problemática ambiental, incorporam gradativamente a proteção ambiental como uma dimensão relevante do seu trabalho. (Jacobi, 2003).

Para que você, caro aluno/cara aluna entenda melhor, podemos denominar Socioambientalismo os movimentos sociais influenciados pelo ambientalismo. Viola (1991) inclui os seguintes grupos nesta categoria:

1. O movimento dos atingidos por barragens;
2. O movimento dos seringueiros;
3. Os movimentos indígenas;
4. Alguns setores dos movimentos dos trabalhadores rurais sem terra;
5. Os setores do movimento de mulheres;
6. Os setores dos movimentos de bairros;
7. O movimento pacifista;
8. Os movimentos em defesa do consumidor;
9. Os movimentos pela saúde ocupacional;
10. Um setor reduzido do movimento estudantil;
11. Os grupos para o desenvolvimento do potencial humano.

Maria Augusta Vargas

Possui graduação, mestrado e doutorado em Geografia. Atualmente é professora voluntária dos Núcleos de Pós-Graduação em Geografia; Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) e do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Sergipe.

Fica evidenciada, nos grupos citados acima, a integração do discurso ecologista com outros movimentos sociais. Para **Maria Augusta Vargas**, o ambientalismo evoluiu para o social, incorporando como prioridade a defesa da cidadania. Para esta professora, o ambientalismo não se encontra ultrapassado, ao contrário, evoluiu. Sendo assim, é fundamental que tais movimentos se posicionem como movimentos sociais, até mesmo porque é evidente que tal evolução deu-se pela prática dos movimentos ambientalistas. (VARGAS, 1999, p. 63).

O movimento ecológico difundiu-se e cresceu, deixando para trás a imagem de movimento exótico. Adquiriu o reconhecimento de sua importância como ator no cenário de luta e crítica ao regime autoritário que prevaleceu no Brasil até meados da década de 1980. Este foi também um período em que os países do Terceiro Mundo tornaram-se uma nova fonte de estudos sobre os Movimentos Sociais ao “entrarem em cena “novos personagens”, novas problemáticas e novos cenários sociopolíticos. Com o surgimento de movimentos operários e populares de cunho contestador à ordem estabelecida, emergiram novos sujeitos coletivos, a exemplo dos

movimentos de bairro que surgiram num período de expansão da industrialização, numa época de constantes migrações das áreas rurais para as áreas urbanas. Com efeito, suas reivindicações sofreram influência direta das demandas da classe trabalhadora concentrada nas periferias urbanas.

Você deve observar querido aluno/querida aluna, que o ponto de convergência dos movimentos sociais é a contestação, o protesto. Aqui, acrescentamos mais um ponto: o conflito.

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

Os conflitos estão presentes ao longo de toda a história humana. Na atualidade, os conflitos socioambientais são freqüentes, em especial, devido ao modelo de desenvolvimento econômico vigente.

Os conflitos são elementos integrantes da sociedade moderna, portanto, para analisá-los os seguintes aspectos devem ser levados em consideração: a natureza do conflito, os atores sociais envolvidos, o campo específico, o objeto em disputa, a lógica ou dinâmica de evolução, os mediadores e a tipologia. Vamos analisar o seguinte conceito:

Os conflitos ambientais são, portanto, aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos. (Fonte: ACSELRAD, 2004, p. 26).

Esta definição é bastante completa, no sentido de que insere no campo de disputa, de um lado, aqueles que de alguma forma são os causadores dos problemas que, por sua vez, geram os conflitos e, de outro, os que por se sentirem prejudicados partem para o enfrentamento.

Os conflitos ambientais eclodem quando impactos indesejáveis, transmitidos pelo ar, pela água ou pelo solo, comprometem a coexistência de distintas práticas sociais de uso do território e de seus recursos.

A noção de Conflito Socioambiental vem reforçar as definições expostas anteriormente. Este pode ser definido como disputas entre grupos sociais conseqüentes das distintas formas de uso do meio natural. Pois, segundo **Paul Little**, (2001) o conceito socioambiental engloba três dimensões básicas: o mundo biofísico e seus múltiplos ciclos naturais; o mundo humano

Paul Elliott Little

É doutor em Antropologia e em Ciências Sociais atuando na área de Antropologia, com ênfase em Antropologia Ambiental.

e suas estruturas sociais; e o relacionamento dinâmico e interdependente entre esses dois mundos.

Administrar situações conflituosas e promover o diálogo entre as partes envolvidas não é fácil, porém, é fundamental para que se construam os pressupostos básicos de uma verdadeira gestão ambiental (THEODORO, 2005, p. 59). Todo conflito reúne um conjunto de atores que estão constantemente em movimento. Existem diferentes percepções sobre os objetos em disputas, o que faz com que estes assumam configurações diferenciadas, por vezes explícitas e por outras, implícitas; por vezes consciente e, por outras, inconsciente. (NASCIMENTO, 2001)

Esta diferença de percepção se reflete também na forma como os atores envolvidos se autodenominam. Nem sempre estes assumem explicitamente a causa ambiental; são simplesmente pessoas em busca de qualidade de vida, lutando pela resolução de algum tipo de problema que está lhes afetando.



Ato do Movimento dos ameaçados por barragens (MOAB) no Dia internacional de luta contra barragens.
(Fonte: <http://farm4.static.flickr.com>).

No Brasil, muitos são os casos de sindicatos, associações de moradores e outras entidades que não tinham originalmente um caráter ambientalista. Porém, por reivindicarem a resolução de problemas ambientais que repercutiam no social, passaram pelo processo de “ambientalização”, ou seja, houve a interiorização da questão ambiental em diversos grupos sociais. (LOPES, 2004)

Nem todos os grupos sociais envolvidos nos conflitos socioambientais se vêem como ecologistas ou consideram suas lutas estritamente ecológicas. Contudo, isso não significa que, em diferentes níveis, essas populações não tenham já certa sensibilidade ambiental presente em seus universos culturais ou não incorporem uma visão ambientalista quando em contato com as lutas ambientais. (Fonte: CARVALHO, 2006, p. 167).

Isso quer dizer, meu caro aluno/cara aluna, que, embora os atores afetados não empunhem bandeiras de “Preserve o verde”, “Salve a Natureza”, ao se mobilizarem em busca de qualidade de vida, estão também lutando em defesa do meio ambiente.



Foto das chaminés da Fábrica de Cimento Portland em Aracaju/SE, cuja poluição foi combatida pelos moradores do Bairro América. (Fonte: Acervo da autora).

FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS AMBIENTALISTAS EM SERGIPE

A origem e a trajetória dos movimentos ambientais sergipanos foram permeadas por lutas e sonhos caracterizados pelas preocupações ambientais das décadas de 1980 e 1990. Entretanto, na década da Estocolmo - 1970 não existiam ainda em Sergipe grupos ambientalistas organizados, registrados em cartório e que defendessem exclusivamente a causa ambiental. O que existia de fato eram conflitos ambientais geridos nas associações de moradores de bairro.

Como estas associações tinham como objetivo principal, lutar em defesa dos interesses da comunidade, por melhorias nas condições de vida, por infraestrutura, urbanização, saúde pública, educação, etc., (Freire, 2002) terminavam também abraçando a defesa da causa dos problemas ambientais que afetavam a população do bairro.

A Associação de Moradores e Amigos do Bairro América (AMABA) foi uma dessas associações que geriu um importante movimento na cidade de Aracaju. Esta Associação lutou contra a poluição atmosférica provocada pela Fábrica de Cimento Portland no Bairro. Tudo começou, quando em 1967 foi instalada a Companhia de Cimento Portland de Sergipe, na rua Acre, próximo ao bairro América. A instalação da fábrica trouxe consigo muita poluição e sérias conseqüências para a saúde da população, especialmente às crianças e aos idosos.

Na tentativa de buscar uma solução para o problema, foi organizada em 1983 uma comissão que iniciou a campanha para fechar a fábrica de cimento.

Na liderança estava o então vigário da paróquia São Judas Tadeu, Frei Florêncio Peccorari, juntamente com um grupo de moradores do bairro. Foi em meio a este cenário que nasceu a associação de moradores do bairro América, AMABA. Esta associação tinha no conflito da população com a fábrica de cimento, uma de suas principais frentes reivindicatórias.

Para tanto, contou com o apoio incondicional da Igreja, da Administração Estadual de Meio Ambiente (ADEMA), da mídia local, bem como de sindicatos, partidos políticos e até da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Como podemos constatar o movimento que inicialmente era de caráter local, ganhou a adesão de diversos setores da sociedade. Finalmente, em março de 1984, a fábrica de cimento Portland é desativada, sendo substituída pela CIMESA no município de Laranjeiras/SE.

O exemplo do conflito da Fábrica de Cimento Portland é apenas um entre vários que ocorreram na década de 70 e 80 em Sergipe. A partir da leitura do jornal Gazeta de Sergipe foram identificados entre 1972 e 1983, vinte e três conflitos ambientais no estado de Sergipe, sendo doze na capital do estado - Aracaju e onze espalhados em municípios do estado (Estância, Laranjeiras, Itabaiana, Pirambu, São Cristóvão, N. Sra das Dores, Itaporanga). A partir da leitura dos jornais e de entrevistas com lideranças do movimento constata-se que nestes conflitos o movimento popular tinha nos empresários seus maiores adversários e os poderes públicos seu principal interlocutor. Os jornais também registram que os conflitos tinham como formas de protestos predominantes: abaixo-assinado, requerimentos junto aos

órgãos públicos e o uso da imprensa local para denunciar e cobrar posicionamento dos poderes públicos.

Contudo, as pesquisas documentais, sobretudo o jornal Gazeta de Sergipe apontam para a atuação de dois grandes movimentos ambientalistas, os quais surgem entre os marcos da Conferência de Estocolmo, em 1972, e da Rio 92. O primeiro grande movimento a ser considerado foi a ASPAM, a qual foi fundada em 08 de agosto de 1983, tendo objetivos bem definidos: trabalhar pela conservação e melhoramento do ambiente natural; promover a conscientização ambiental; e denunciar arbitrariedades e irregularidades contra o meio ambiente. O segundo movimento a ser considerado é o MOPEC, que surgiu no início dos anos 1990, também visando conciliar a questão ambiental com os problemas concretos da comunidade.

O primeiro grupo ambientalista a ser registrado em cartório no estado de Sergipe foi a ASPAM., quando da sua formação, era composto, em sua maioria, por professores e alunos do Curso de Biologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

O MOPEC emergiu a partir de uma concretização no Estado da Proposta do Primeiro Encontro de Agentes de Projetos II, da Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE). O Encontro foi realizado no período de 18 a 22 de setembro de 1989, em Salvador (BA). O tema central do Encontro foi à questão do meio ambiente relacionada à organização popular no Brasil. Em fins de 1989 e início de 1990, o MOPEC decidiu organizar em Sergipe o 1º Seminário sobre o mesmo tema do encontro da CESE: Meio Ambiente e Organização Popular.

Observa-se ainda que outros grupos ambientalistas sergipanos se formaram também na década de 1990, porém alguns tiveram vida efêmera, sendo apenas o desdobramento de alguns grupos. Um exemplo dessa intensa atividade dos grupos é o Movimento Pensar Verde. Nos mesmos moldes da ASPAM, o Pensar Verde surgiu a partir da união de estudantes do curso de Geografia da UFS, em 1991. A entidade coordenou junto ao MOPEC, nos anos de 1990, ações que culminaram na formação de grupos de vida curta, tais como SOS São Conrado, SOS Manguezais. O Movimento Pensar Verde foi, na realidade, o protótipo da criação do Partido Verde. O estreitamento com os setores políticos fez com que a entidade cedesse espaço para o Partido Verde, unindo os objetivos em comum. (Adaptado de SILVA Jr., Fernando Ferreira da. Lembranças de um sonho ecológico: um estudo das lideranças ambientalistas no Estado de Sergipe (1972 – 2002). Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA) – UFS: São Cristóvão, 2007.

CONCLUSÃO

Assim sendo, meu caro aluno/minha cara aluna, é preciso perceber que os conflitos têm como um dos aspectos positivos a criação de espaços de cidadania, alicerçados nas ações conscientes das partes envolvidas, pois todo conflito reúne um conjunto de atores que estão constantemente em movimento.

Existem diferentes percepções sobre os objetos em disputas, o que faz com que estes assumam configurações diferenciadas, por vezes explícitas e por outras, implícitas; por vezes consciente e, por outras, inconsciente.

Alguns grupos se apropriam das idéias e problemáticas ambientais para se sobressaírem em conflitos com eventuais oponentes. Assim, também outros grupos podem se organizar em função de uma questão, sem que seus objetivos sejam especificamente ambientais. No Brasil, muitos são os casos de sindicatos, associações de moradores e outras entidades que não tinham originalmente um caráter ambientalista. Porém, por reivindicarem a resolução de problemas ambientais que repercutiam no social, passaram pela chamada “ambientalização”.



RESUMO

Caro aluno/querida aluna. Vimos nesta aula duas categorias fundamentais na compreensão da relação homem-natureza na atualidade. Estudamos como os movimentos ambientalistas influenciaram no debate e na implementação de ações voltadas para a preservação ambiental.



ATIVIDADES

Desenvolva uma pesquisa na internet, orientada pelo seu tutor a distância, inserindo a palavra-chave “movimentos ambientalistas”. Em seguida, escolha um dos vários sites que possuem textos sobre esta temática e, após selecionar um desses textos, faça um resumo de uma lauda (1 página) sobre o mesmo. Não se esqueça de citar devidamente a fonte, informando o site de onde capturou o material. Mas, lembre-se: é para escrever sobre o texto com suas próprias palavras e não apenas copiar partes do texto a ser resumido. Informe no seu trabalho o endereço completo da página de onde extraiu o texto e, depois da referência escreva os seguintes dados:

Disponível em: (Aqui, coloca-se o endereço completo da página, obtido na barra de endereços do seu navegador).

Acesso em: (Coloca-se o dia, mês e ano em que você capturou as informações da página da internet. Ex.: 05 jan. 2010).

PRÓXIMA AULA

A natureza na historiografia brasileira



REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: _____. (org.) **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ Fundação Heinrich Böll, 2004a, p. 13-35.
- AMMAM, Safira Bezerra. **Movimento Popular de Bairro: de frente para o Estado, em busca do Parlamento**. São Paulo: Cortez, 1991.
- _____. (org.). **Conflito social e meio ambiente no Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FASE, 2004b.
- CARVALHO, Isabel de Moura. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2004.
- JACOBI, Pedro. Movimento Ambientalista no Brasil: Representação Social e Complexidade da Articulação de Práticas Coletivas. In: RIBEIRO, Wagner Costa. **Patrimônio Ambiental Brasileiro**. São Paulo. Edusp: Imprensa Oficial, 2003. p. 519-543.
- LITTLE, Paul E. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. In: BURSZTYN, Marcel. (org.) **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. Garamond: Rio de Janeiro, 2001, p. 107-122.
- _____. A etnografia dos conflitos sócio-ambientais: bases metodológicas e empíricas. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 2., 2004, Indaiatuba. **Anais Eletrônicos**. Indaiatuba: ANPPAS, 2004. Grupo de Trabalho. Disponível em: http://www.anppas/encontro2/GT/GT17/gt17_little.pdf>. Acesso em: 31 out. 2006.
- LOPES, José Sérgio L. A ambientalização dos conflitos sociais. In: _____. (coord.); ANTONAZ, Diana et al. (orgs.). **A ambientalização dos conflitos sociais: participação e controle público da poluição industrial**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política: UFRJ, 2004, p. 17-38.
- NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Os conflitos na sociedade moderna: uma introdução conceitual. In: BURSZTYN, Marcel. (org.) **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. Garamond: Rio de Janeiro, 2001, p. 85-106.

- PELICIONI, Andréa Focesi. Trajetória do Movimento Ambientalista. In: PHILIPPI Jr., ROMÉRO, Marcelo de A., BRUNA, Gilda C. (editores). **Curso de Gestão Ambiental**. Barueri, SP: Manole, 2004, p. 431-457.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**. Brasília, v.21, n.1, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922006000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 19 out. 2007. doi: 10.1590/S0102-69922006000100007
- SILVA Jr., Fernando Ferreira da. **Lembranças de um sonho ecológico: um estudo das lideranças ambientalistas no Estado de Sergipe (1972 – 2002)**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA) – UFS: São Cristóvão, 2007.
- THEODORO, Suzi Huff (org.). **Mediação de Conflitos Socioambientais**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- VARGAS, Maria Augusta M. Para não dizerem que não falei de flores: um olhar quase histórico sobre o movimento ambientalista. **GEOUFS**, Aracaju, ano IX, n.1, p. 57-63, out. 1999.
- VIOLA, Eduardo. O movimento ambientalista no Brasil (1971 – 1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 15., 1991, Caxambu, **Resumos**, Minas Gerais, 1991. Disponível em: <http://www.mov.%20ambientalistas1.htm>. Acesso em: 22 mar. 2004.